

Cortes começam a ser negociados

por Thais Bastos
de Brasília

A partir desta segunda-feira, os ministros da Fazenda e do Planejamento começam a "negociar" com o presidente Jose Sarney a profundidade dos cortes a serem feitos no Orçamento Geral da União para o próximo ano. No início dos trabalhos, os ministros da área econômica optaram por esboçar o novo orçamento sobre critérios exclusivamente técnicos, "mas cientes do componente político a ser introduzido a partir da apresentação do esboço ao presidente", segundo afirmou qualificado técnico da área.

Na quinta-feira, às dez da manhã, o presidente reúne todos os seus ministros, para apresentar-lhes formalmente a proposta de orçamento elaborada pela área econômica, como confirmação do ministro-chefe da Casa Civil, Ronaldo Costa Couto. Estima-se, na Seplan, que as negociações em torno dos cortes de gastos consumam toda a próxima semana.

O orçamento da União para 89 obedecerá à mesma metodologia adotada na confecção do atual orçamento. Estimado o montante dos gastos, adota-se a hipótese de inflação zero no ano, sendo as rubricas corrigidas mensalmente por distintos indexadores. Os cortes, por sua vez, serão

definidos apenas em seu montante pela área econômica, cabendo a cada ministério a definição de sua localização, a partir de suas prioridades específicas.

Essa fórmula permitiu uma "relativamente boa aceitação", conforme um técnico da Seplan, dos cortes impostos no orçamento dos vários ministérios em 1988, e será repetida. O técnico acredita que com maior êxito, até mesmo devido à redução de encargos com programas e projetos de vários ministérios propostos ao presidente.

Aparece como foco de preocupação especial na Seplan o destino dos funcionários públicos sediados em empresas e órgãos para os quais a sentença da área econômica é a extinção ou fusão. Embora aconselhando a dispensar estes empregados, os ministros do Planejamento e da Fazenda sabem que a decisão encontra forte resistência do governo, principalmente a poucos meses das eleições.

COMUNICAÇÃO DE VAGAS

De qualquer forma, o governo federal acena com uma postura mais rígida no controle de seu quadro de empregados. Ainda na última sexta-feira, o presidente Sarney assinou decreto obrigando os órgãos da administração federal direta, autarquias federais, territórios e fundações públicas

a comunicarem, até o dia 15 de cada mês, a Secretaria de Administração Pública (Sedap) a relação das vagas ocorridas no mês anterior. No dia 15 de setembro, a Sedap estará recebendo a primeira relação, contendo todas as vagas ocorridas entre janeiro e agosto deste ano.

A seguir, a íntegra do decreto assinado sexta-feira pelo presidente José Sarney:

Art. 1º: Os órgãos da Administração Federal direta, as autarquias federais, os territórios federais e as fundações públicas encaminharão a Secretaria de Administração Pública da Presidência da República (Sedap), até o dia 15 de cada mês, a relação das vagas ocorridas no mês anterior, mediante o preenchimento do Anexo deste Decreto.

Art. 2º: A relação das vagas

ocorridas nos meses de janeiro a agosto de 1988 serão encaminhadas a Sedap até 15 de setembro do mesmo ano.

Art. 3º: Os atos relativos a servidores das fundações públicas terão sua validade jurídica condicionada a publicação:

I — no Diário Oficial da União, quanto aos de provimento e vacância;

II — No Boletim de Serviço ou Boletim de Pessoal, quanto aos de concessão de vantagens pecuniárias previstas na legislação em vigor.

Art. 4º: O descumprimento do disposto neste Decreto implica falta grave do dirigente do Orçamento de Pessoal, punível na forma da legislação em vigor.

Art. 5º: O acompanhamento e controle das medidas previstas neste Decreto competem a Sedap.

Art. 6º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º: Revogam-se as disposições em contrário.